A Violência Infanto-Juvenil no Rádio Sergipano[1]

Karinéia Helena Virginio Cruz[2]
Universidade Federal de Sergipe

Resumo
O estudo da violência infanto-juvenil é um desdobramento da pesquisa estatística realizada pela Missão Criança Aracaju, que analisa os meios de comunicação em Sergipe como forma de investigar a abordagem da infância e adolescência. Essa iniciativa faz parte dos propósitos da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI que atua no processo qualitativo dessa temática em vários estados brasileiros. O objetivo desse trabalho é mostrar a abordagem da violência, um dos temas mais presentes no rádio sergipano, tendo como contraponto à atuação do apresentador que acarreta, entre outros fatores, na pouca exibição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Como estudo de caso, expõe os dois programas de maior audiência no estado, o Impacto (Jornal AM), conduzido por Gilmar Carvalho e Fala Sergipe (Atalaia AM), por Fábio Henrique.

Palavras-chave: Violência; Infância e Adolescência; Rádio Sergipano.

Introdução

O assunto criança e adolescência tem sido um assunto amplamente divulgado nos meios de comunicação de massa, o que exige um pouco mais dos profissionais sergipanos àquilo que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Essa instituição, criada em 1990, abarca um conjunto de leis que defendem os direitos infanto-juvenis em todas as instâncias em que os menores de 18 anos de idade apresentam na sociedade. No entanto, os comunicadores pouco têm se utilizado para abordar pontos contidos no Estatuto quando citado o universo infanto-juvenil na mídia. Em 2002, por exemplo, uma pesquisa realizada por uma das instituições da rede Agência de Notícias dos Direitos da Infância[3], Cipó/ Andi, constatou um aumento de 62% nas veiculações impressas saltando de 8.585 para 13.682 inserções na mídia Sergipe/ Bahia. Já no rádio, segundo investigação da Missão Criança, os dados apresentaram um aumento de 121 abordagens em março para 197, em junho de 2004. O veículo radiofônico tem se observado com preocupação na esfera da infância e adolescência devido às poucas investigações realizadas nesse meio, e no caso de Sergipe, pela conduta dos profissionais. A agência de Notícias dos Direitos da Infância – Andi é uma rede nacional que trabalha em boa parte dos estados brasileiros em favor da qualificação das veiculações infanto-juvenis na mídia. Em Sergipe, a agência regional Missão Criança atua nessa questão fiscalizando os meios de massa do estado, do qual se verificou a importância do rádio para a população local. Através da investigação do programa Impacto apresentado pelo radialista Gilmar Carvalho e o Fala Sergipe, por Fábio Henrique, a pesquisa faz um levantamento sobre o tema violência[4], um dos mais abordados pelos comunicadores em março de 2004.

A pesquisa em rádio tem sido pouco investigada em relação aos meios audiovisuais devido às dificuldades de encontrar bibliografias, o que permite um investimento maior aos trabalhos empíricos sobre esse meio, como o caso dos radialistas sergipanos analisados. Meditsh expõe a carência de um diagnóstico radiofônico em detrimento às investigações da televisão e Internet, novas tecnologias da época pós-rádio.

"A pouca importância ao rádio, desde o surgimento da televisão, reflete-se no fato de ser o meio de comunicação menos estudado nas últimas décadas. A produção científica existente é escassa, relativamente à disponível sobre a imprensa e o audiovisual. A bibliografia é dispersa e de difícil acesso, e as obras mais significativas nunca foram traduzidas para o português. Sobre o rádio informativo em particular, foram publicados, sobretudo textos técnicos e análise teórica se resumem a capítulos em obras de interesse mais geral e a pouquíssimos livros". (Meditsch, 2001, p. 28).

O rádio, assim como a mídia televisiva, tem um papel importante na sociedade como divulgador dos acontecimentos do estado e também como intercâmbio às reivindicações da população. Para o estudioso em mídias, o jornalista Heródoto

Barbeiro, ele identifica os potenciais de ambos os meios de massa ressaltando a importância de cada um. "Heródoto, que tem um bom conhecimento em televisão, concorda que o impacto que esta provoca é maior na opinião pública... a imagem é sempre mais forte. Mas defende que o público é mais fiel ao rádio". (Mídia Rádio, 2003). Em Sergipe, as radiodifusoras são caracterizadas com forte caráter político-partidário nas suas divulgações, o que se diferencia das veiculações vistas em outras localidades, a exemplo das cidades nas regiões metropolitanas. As exibições, seja de educação, violência, entre outras, geralmente envolvem fatores políticos que acarretam na ênfase em apontar erros das políticas públicas que a própria informação. A exposição se torna ainda mais evidente nos programas Impacto (Jornal AM) e Fala Sergipe (Atalaia AM), onde os comunicadores Gilmar Carvalho e Fábio Henrique pertencem a grupos eleitorais do estado.

Fábio ocupa o cargo de vereador de Aracaju, o mais bem votado da história, e o outro, de deputado estadual em seu segundo mandato, sendo ambos resultados de uma projeção política através do rádio. Com isso, os programas agem como um instrumento de palanque, onde idéias pessoais fazem parte do contexto das informações, passando-se despercebidos os assuntos de interesse da sociedade. "Gilmar Carvalho chegou em Aracaju em 1995, vindo de Itabaiana, a convite de Maria do Carmo Alves (representante política do estado), para fazer o programa *Impacto* na rádio Jornal. De lá para cá são 10 anos de audiência e dois mandatos de deputado estadual". (Nunes, 2004). Tanto Fábio Henrique como Gilmar Carvalho, exibem programas de segunda a sábado, das 6h às 9h, apresentando altos índices de audiência, que revelam aceitação do público à abordagem adotada pelos radialistas. Com alto poder discursivo, os radialistas mostram seus pontos de vista aos assuntos do dia sempre interagindo com repórteres a respeito de alguma problemática caracterizando a atuação político-eleitoral.

*Olhe que situação preocupante. E eu vou reforçar aqui o apelo feito pelo capitão Rollemberg. Porque educação, ela começa de casa. Se você não quiser amanhã chorar a ida de seu filho para a penitenciária, então é importante que você comece a contribuir com a formação. Você que tem filho adolescente, menor, costuma ir ao estádio, comece a conversar com seu filho. Comece a acompanhar seu filho. Porque se a coisa continuar do jeito que vai, é provável que seu filho chegue no carro de IML ou então em uma viatura para dizer que está preso. O Batistão virou palco de guerra.(*Fábio Henrique, 18 de março de 2004).

Por isso que a apuração sobre violência representa uma inquietude maior, principalmente porque tem se constatado um aumento significativo na criminalidade veiculado nas emissoras sergipanas e eles levam essa visão para os temas abordados. Na pesquisa Missão Criança, foram constatadas 26 inserções em março de 2004, e em junho, 36 ocorrências sobre violência física. Dias expõe a definição de violência, carregando em si o sentido também moral, o que corresponde pelos critérios da Andi ao tema Direitos e Justiça, abordado nos programas de Gilmar Carvalho e Fábio Henrique.

"Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em participações simbólicas e culturais". (Michaud apud Dias, 1996, p. 102).

A violência tem sido bastante comentada pelos radialistas sergipanos e a preocupação é a postura que eles tomam diante dos fatos que se caracteriza como "justiceiros" sem respeitar a responsabilidade social que lhes é incumbida. Medina faz colocações a respeito da teoria da responsabilidade social, em que ela atua timidamente na mídia e que é de fundamental importância para o respeito dos envolvidos nos casos abordados.

A teoria da responsabilidade social, nova fase teórica, transforma o "Direito de Informação" em "Direito à Informação". Aceita (da teoria libertária) o papel a serviço do sistema político, o de ilustrar o público, o de proteger as liberdades do indivíduo, mas considera a ação da Imprensa deficiente. Os códigos éticos surgem desse contexto. O mais antigo, apud Siebert, é de 1923. As bandeiras da nova proposta: bem-estar geral, sinceridade, veracidade, imparcialidade, jogo limpo, decência, respeito à reserva individual. (Medina, 1988, p. 18).

Principalmente porque os comunicadores têm um compromisso com a sociedade em informar e que

eles são vistos como referenciais para o público se direcionar sobre os fatos, como também analisa Groebel em seu discurso. A mídia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de orientações culturais, visões de mundo e crenças, bem como na distribuição global de valores e imagens (freqüentemente estereotipadas). A mídia não é apenas um espelho das tendências culturais, mas também pode canalizá-las, e constitui em si mesma um elemento fundamental da sociedade. (Groebel, 1999, p. 221). Diante desse aspecto, a violência expressada com agressividade para mostrar aversão aos fatos apenas canaliza um círculo de geração de violência. Ricardo Alexino[5] faz um relato sobre a atuação da mídia em exibir a violência que em vez de mostrarem ao público com sobriedade, fazem de modo também agressivo implicando em uma abordagem problemática sobre o crime. "A controvérsia sobre o papel que cabe à Comunicação Social, relativamente aos problemas da violência, está muito generalizada internacionalmente. Hoje, em dia, não pode questionarse uma ampla liberdade de cria ção, de expressão e de informação, mas parece legítimo exigir que a violência só seja difundida num enquadramento adequado à limitação dos seus malefícios. Uma coisa é informar, cultivar, entreter, sensibilizar a opinião pública, outra coisa é explorar a crueldade ou o caráter mórbido das situações, estimular a agressividade, ferir os sentimentos, com risco até de os embotar, banalizando os problemas que deveriam provocar uma saudável inquietação". (Juiz-Conselheiro Pedro Figueiredo Marçal, presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, de Portugal, apud Alexino, 2004).

Essa exposição de crime na esfera infanto-juvenil instiga ainda mais a situação devido à carência de informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que além de dar margem a colocações inadequadas, empobrece a veiculação. Essas são as maiores deficiências encontradas em grande parte das exibições de Gilmar Carvalho e Fábio Henrique.

Veja que espírito marginal, o cara pega uma criança de nove anos com a filha dele no braço, estupra a menina de nove anos de idade. "Esbagaça" com a menina, tem que usar esse tipo de linguagem mesmo, "esbagaça" com a menina e aí está na delegacia naturalmente está sendo protegido por alguém. Bota ele aqui no presídio. Quando ele pegou a criança de nove anos e ensangüentou a menina inteira ele teve pena dela? Bote ele aqui no presídio. O nome dele é Fábio Robério, hein? Atenção galera do mal aí na cadeia, Fábio Robério, o nome do cara, vem de Própria. Lá tem rádio, na penitenciária, a galera fica escutando pra saber as novidades. O cara não tem o que fazer lá, ai fica escutando rádio o dia todo, televisão. (Fábio Henrique, 11 de março de 2004).

Metodologia

A análise da temática violência infanto-juvenil é resultado de uma observação de um conjunto de ações obtidas pela pesquisas estatísticas sob critérios da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI. Em todo o país, a rede Andi define categorias[6] aos jornais impressos, dos quais também foram utilizadas nos veículos radiofônicos em Sergipe. Para análise de estudo foram selecionados dois programas matutinos, o Impacto (Gilmar Carvalho) e o Fala Sergipe (Fábio Henrique) para observação. No período de 1 a 26 de março de 2004, com exceção dos sábados e domingos, essas exibições foram captadas em um programa de computador, *Sound Forge 7.0*, para obtenção de uma posterior análise. Essa gravação possibilitava o acesso às falas dos radialistas, do qual rendia o acompanhamento de como eles atuavam e também seu registro escrito para uma investigação sobre como eles abordam a temática infanto-juvenil. Depois de concluída essa etapa, também chamada de decupagem, a impressão ou clipagem[7] age como um arquivo e conseqüente matéria-prima para a classificação[8] dos dados. Essa visualização permitia resultados estatísticos sobre os temas mais abordados, fontes, o público infanto-juvenil mais comentado e o enquadramento da informação. Dentre as quatro etapas, a clipagem serviu de base para a investigação sobre a violência, onde foram analisadas as exibições diárias de cada programa. Esse diagnóstico identifica assuntos de relevância para a abordagem do crime no universo da infância e adolescência que enquadra a *Violência Física (incluindo a Sexual) e Direitos e Justiça*. Esse último está incluso pela atuação abordada dos radialistas sergipanos que se manifesta sob perspectiva de uma *Violência Moral*. Um fator que marca o levantamento de dados sobre essa

temática nos programas locais foi a comparação de uma exibição nacional, CBN Nacional apresentado por Heródoto Barbeiro, que contribuiu para destacar as diferenças. A partir disso, os principais aspectos das exibições sergipanas foram ressaltadas na investigação sobre violência infanto-juvenil.

Discussão

A violência no universo infanto-juvenil tem tido um aumento significativo em vários veículos de comunicação em todo país, sendo mais que um reflexo do aumento de criminalidade desse público no meio social. Em Sergipe, a pesquisa realizada pela ong Missão Criança apresentou uma amostra dos programas de Fábio Henrique e Gilmar Carvalho, constatando 18 e 8 inserções sobre crime, respectivamente, no mês de março. Isso representa o primeiro assunto mais abordado nos programas de Fábio e o segundo nos de Gilmar, se destacando em relação a temas também importantes como o de saúde e direitos e justiça. Diante de um assunto tão comentado, a percepção em saber como os radialistas conduzem essa questão é objeto de investigação já que esses personagens têm sido uma referência de informação para o público.

A interferência político-eleitoral nas mensagens, principalmente nas de violência, é arriscada devido à visão de resolução imediata e radical aos problemas sociais expostos nos meios de comunicação com o zelo pelo bem-estar social. Com posição de combate à marginalidade, a caracterização da violência no rádio sergipano se verifica na apresentação de julgamentos pessoais do comunicador, geralmente de "justiceiro", diante dos fatos. Quando crianças e adolescente são os agentes do crime, falas pejorativas e discriminatórias ao universo infanto-juvenil são enfatizadas em confronto às legislações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor". (Art. 18 – ECA). Diante desse contexto, as veiculações são repassadas com posições das quais os radialistas acreditam serem convenientes ao público acarretando em uma informação parcial dos fatos. Para Dimenstein, essa postura partidária para criar uma boa imagem social marca mensagens que por ora demonstra uma inconstância nos pontos de vista do comunicador que ao abordar o tema violência, carrega em si os mesmos vícios.

"Quando você se indigna é natural que você queira transformar a realidade. Mas isso não significa que você tenha que cair no extremo da partidarização da informação, da manipulação da informação como instrumento político. Sou cético o suficiente para saber que somos pequenas peças numa engrenagem, que dentro desta engrenagem perversa do poder a gente consegue ser uma poeira: nosso poder de mutação através da palavra é muito relativo". (Gilberto Dimenstein apud Vieira, 1991, p. 112).

As exibições sergipanas revelam a violência como um recurso de atração para o público, que vêem na exposição dos acusados um elemento de repreensão ao crime, ao mesmo tempo que, através de especulações desnecessárias, caracteriza o acontecimento de forma banalizada. São questionamentos que não acrescentam à informação e constrangem os envolvidos nos casos. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou **omissão**, aos seus direitos fundamentais. (Art. 5° - ECA)

O elemento estuprou uma criança de nove anos de idade. Isso é um animal, é um monstro! A mãe ta aí? ***Como é o nome dela? Dona Tânia****, quando foi que aconteceu esse ato criminoso aí? Como é que ele pegou a criança? Quer dizer sua filha de nove anos que estava com a filha deste elemento de nove meses no braço, e ele estuprou sua filha com a filha dele lá também. E foi aonde? Na casa? E a criança gritou como é que foi? A senhora procurou a Polícia?Ficou constatado que houve um estupro?* (Fábio Henrique, 11 de março de 2004)

A maioria das veiculações é transmitida na narrativa, "procurando explicar a realidade, classificando-a, ordenando-a, e estabelecendo relações e dependências para ela, com uma função interpretativa".(Capelle et al, 2003). A cultura narrativa tem sido identificada como popular – que é fruto de uma vivência e pode trazer um ensinamento. (Gomes, 2000:50). A narração instiga a reação do ouvinte, que se inteira aos fatos de forma mais expressiva, contribuindo para

aceitação de opiniões voltadas para o apresentador, normalmente em defesa de vítimas de agressão e contra as falhas públicas. Essas produções são mostradas de várias formas e identificadas em inúmeras publicações nas programações regionais e como reforça Wilson, tem aumentado expressivamente em relação à tempos anteriores.

"Uma ou duas gerações atrás, muito poucas crianças chegaram a ver alguma vez imagens de pessoas recebendo tiros, sendo esfaqueadas ou estupradas diante de seus olhos. Atualmente, a maioria das crianças assiste a tal violência na tela todos os dias, com freqüência em detalhes medonhos." (Wilson et.al, 1999, p. 23).

Por isso que a atenção em verificar uma melhor postura na mídia sergipana, através dos programas analisados, é um compromisso com a sociedade, principalmente quando trata de violência infanto-juvenil. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA credita o poder da família, sociedade e do Estado na ação efetiva para que a esfera da infância e adolescência seja acobertada pela defesa se seus direitos como diz um de seus códigos:

Artigo 227 - "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". (Constituição Brasileira)

Conclusão

O discurso dos radialistas sergipanos tem uma carência em lidar com informações sobre a violência infanto-juvenil. A caracterização desse assunto tem se apresentado constantemente nos programas de Gilmar Carvalho e Fábio Henrique, mas são exibidos de maneira pouco adequada em relação às regras normativas aos direitos infanto-juvenis. A preocupação é a visão político-eleitoral dos apresentadores, que ao lidarem com as mensagens, levam essa mesma característica para o público não levando em consideração suas atuações de responsabilidade social. O tema[9] é apresentado com certa freqüência e se destaca diante de temas como educação, no caso do programa de Fábio Henrique, e também assuntos como o de medidas sócio-educativas e saúde. O comportamento dos radialistas em querer expor uma imagem de bom político impede que eles tenham um melhor cuidado com os envolvidos no caso em defesa de um bem-estar social que reprimem os agressores. Como as exibições são, em sua maioria, adolescentes e crianças vítimas da ação criminosa, os agressores são julgados pelos comunicadores sem direito de réplicas que cabem apenas às cortes da Justiça.

"Parte-se do princípio de que todo acusado é inocente, até provar-se-lhe a culpabilidade. Toda pessoa acusada de um delito tem direito de ser ouvida em uma forma imparcial e pública, de ser julgada por tribunais já estabelecidos de acordo com leis preexistentes, e de que se lhe não inflijam penas cruéis, infamantes ou inusitadas". (Artigo XXVI – Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Diante disso, palavreados como vagabundo, monstro, marginal, etc. são freqüentes colocações para mostrar indignação aos fatos veiculados nos programas. Dias coloca que a reprodução de mensagens do povo tem sido um recurso nas veiculações populares como forma de identificação para com seu público e como forma de se mostrar compatível com a linguagem dessa classe.

A imprensa popular expressa-se como o povo – já que se apóia nos coloquialismos da linguagem, faz uso de vocabulário gírio, etc.; e dirige-se para o povo – pois não só atende a expectativa comunicativa do receptor popular, que é a do entendimento imediato da informação, mas também aborda temas que fazem parte do seu cotidiano e são de seu interesse. (Dias, 1996, p. 108).

A função de mediador das informações não lhes cabe colocar julgamentos pessoais sobre os fatos, muito menos discursar radicalmente sobre um ponto de vista social. De acordo com a pesquisa da Missão Criança, as fontes relacionadas ao crime na maioria das vezes não são identificadas, o que significa há uma abordagem preferencial do comunicador ao assunto.

Várias vezes o radialista retoma aos acontecimentos o que acarreta na geração de *informações repetidas*[10] e conseqüentes ausências

de conhecimentos adicionais para o público. Essa observação não tira o mérito do radialista em seus discursos, mas a postura de suas colocações, além de ser unilateral, impossibilita que fontes mais aptas aos fatos possam se manifestar. Principalmente quando abordados temas de violência que requer cuidados aos agressores, segundo regras constitucionais dos Direitos Humanos e que deveriam optar pela busca de especialistas no assunto como os conselhos tutelares e de direitos, dentre outros. Essa carência de informações de pessoas que poderiam contribuir na condução de como as pessoas devem proceder nessas situações bem como a ausência da leitura do ECA são pontos observados no rádio sergipano. No caso de crianças e adolescentes agressores, o Estatuto da Criança e do Adolescente além de ser pouco mencionado, muitas vezes é criticado como um fator que leva esses adolescentes ao crime.

Agora ... o que mais intriga isso são dois aspectos: um, ***o menor****, que se refere exatamente ao fato de que ele confiou tanto na impunidade, na certeza que não seria admoestado, muito menos preso, pegou o carro, roubou o veículo e ainda foi com o veículo atravessar a balsa.* (Gilmar Carvalho, 11 de março de 2004).

A maioridade penal é uma questão abordada nas veiculações, em que tanto Fábio Henrique e Gilmar Carvalho defendem a mudança da lei para os 16 anos de idade, reagindo contrariamente à instituição que protege aos menores de 18 anos de idade. "Essa constituição estabelecida pela Constituição de 1988 determina que as regras do Código Penal sejam aplicadas aos que tiverem mais de 18 anos de idade". O Estatuto assim como as instituições que trabalham a favor dos direitos infanto-juvenis, às pessoas menores de 18 anos de idade, cabe um cuidado maior por serem sujeitos em fase especial de desenvolvimento. "Para quem tiver menos de 18 anos, devem ser aplicadas as medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O movimento social pela infância defende que a maioridade penal seja mantida nessa idade. O rigor dos castigos definidos pelo Código Penal com os maiores de 18 anos nunca representou diminuição da violência e da prática de crimes hediondos. Além disso, a falta de condições de recuperação oferecida pelo sistema penal brasileiro tornaria a possibilidade de reeducação dos mais jovens ainda mais remotas". Pesquisa Infância e Adolescência na Mídia – Curitiba, Ciranda/ Rede Andi.

Essa ação de mencionar o ECA apenas para criticar, quando há um ato criminoso infantojuvenil, e ignorá-la nas divulgações diárias é uma das problemáticas em tratar a violência nessa esfera. A proposta do trabalho se conduz na busca de solução para que os direitos desse público sejam melhores favorecidos através da exposição da temática. E a partir disso, a mídia radiofônica em Sergipe, mais precisamente os programas Impacto e Fala Sergipe, tenha uma atenção especial a essas causas com uma preocupação voltada em benefício do público infanto-juvenil. O ECA diz em seu artigo 70 que: "É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

Referência Bibliográfica

ALEXINO, Ricardo. Obras abordam a violência nos meios de comunicação. **Mídias** [on line], 22 mar. 2004. Disponível: ww.tvtem.globo.com/mod_colunas.asp?step=ShowColuna &secaoid=9&colunaid [capturado em 13 de março de 2005].

1 1

Audiência das rádios no interior é maior. **Mídia Rádio** [on line], Curitiba. Disponível: www.radiojornalismo.com.br/midiatexto/midiatexto10.htm [capturado em 03 de abr. 2005].

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. [on line]. Disponível: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm [capturado em 15 mar. 2005].

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da Violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular;** apresentação Dino Preti. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1996. 179 p.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Parte Geral e Especial [on line], 1990. Disponível: www.missaocriancaaracaju.org.br/estatuto.asp [capturado em 17 mar 2005]

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e Ciências da Linguagem.** São Paulo: Hacker Editores

Edusp, 2000.
GROEBEL, Jô. "O estudo global da Unesco sobre violência na mídia". In Carlsson, U. e Felitzen, C.V. **A criança e a violência na Mídia**. Tradução de Maria Elisabeth Santo Matar, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 1999.
MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na era da Informação: Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo.** Florianópolis: UFSC/ Editora Insular, 2001.
NUNES, Cláudio. Desafio para Gilmar Carvalho. **Jornal do Dia** [on line], 07 nov. 2004. Disponível: www.cnoticias.com.br/Colunistas.asp?identificacao=453&id_colunista=5 [capturado em 25 mar. 2005].
Relatório de Pesquisa Infância e Adolescência na Mídia – Curitiba, Ciranda/ Rede ANDI. Disponível: www.ciranda.org.br/2004/glossario.php [capturado em 09 abr. 2005]
VIEIRA FILHO, Geraldo. **Complexo de Clark Kent: São Super-Homens os jornalistas?:** São Paulo: Summus, 1991. Coleção Novas Buscas em Comunicação; 41 v.
WILSON, Bárbara J., et al. "A natureza e o contexto da violência na televisão Americana". In Carlsson, U. e Felitzen, C.V. **A criança e a violência na Mídia**. Tradução de Maria Elisabeth Santo Matar, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 1999.

Anexo

Anexo 1 - Temas e fontes mais acionados

1. Temas Total Impacto Fala
Sergipe
Fontes Total Impacto Fala
Sergipe
Violência **26** *8 18* Não há
fontes
25 12 13
Atos Violentos
(Vítima)
12 *5 7* Família -
Mãe
11 3 8
Atos Violentos
(Agente)
5 *3 2* Executivo
Estado
9 5 4
Atos Violentos
(Agente e vítima)
1 *- 1* Escola -
Profissional
6 5 1
Ações e Reflexões **- - -**
Família -
Outros
1 1 -
1 2
Outros ***8*** *- 8* Família - Pai - - -
Educação **38** *27 11* Executivo
Município
2 1 1
Ensino fundamental **5** *3 2* Especialista 2 - 2
Ensino Médio **1** *1* - Aluno -
Adolescente
- - -

Vários Níveis de E. **30** *21 9* Polícia 4 1 3
Acesso ao Ensino
Superior
1 *1* - Pessoa
Física
21 12 9
Outros **1** *1* - Legislativo
estadual
1 - 1
Saúde **3** - *3* Judiciário 2 - 2
Saúde - Aids - - - Sindicato/
Entidade de
Classe
7 6 1
Saúde - Drogas - - - Conselho
Tutelar
2 - 2
Saúde –
Mortalidade Infantil
- - - Ministério
Público
2 - 2
Exploração e Abuso
Sexual
5 *1 4* Não é
possível
identificar
3 - 3
Acidentes **3** *1 2* Conselho de
políticas
públicas
1 - 1
Direitos e Justiça **12** *4 8* Fundações e
Institutos
3 - 3
Mídia 1 1 -
Criança 3 - 3
Adolescente 1 - 1

---

[1] Trabalho apresentado no 1o. Intercom Júnior, evento componente ao XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Uerj, 8-9 set. 2005.

[2] Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Radialismo pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, sendo vinculada à ong Missão Criança Aracaju – Projeto Infância em Foco em parceria com a UFS e UNICEF, através da pesquisa "Monitoria do Rádio Sergipano na temática Infância e Adolescência". E-mail: karineia@ig.com.br.

[3] "A criança e o adolescente na Mídia – Bahia e Sergipe", Salvador: Cipó, 2003.

[4] Ver a disposição do tema violência em anexo 1

[5] Ricardo Alexino Ferreira é jornalista, professor de Jornalismo Especializado na Unesp-Bauru, doutor em Ciências da Comunicação pela USP e diretor e apresentador do programa radiofônico Unesp-Ciência.

[6] Ver a disposição de temas e fontes pelo critério da rede ANDI em anexo 1

[7] A Clipagem consiste na leitura do veículo de comunicação pesquisado, com seleção de todas as matérias (reportagens, artigos, editoriais e entrevistas, etc.) que tratam de questões ligadas, direta ou indiretamente, ao universo infanto-juvenil. É considerada uma inserção o texto que tenha como foco a infância e adolescência com mais de 500 caracteres. (Fonte: "A criança e o adolescente na Mídia – Bahia e Sergipe", Salvador: Cipó, 2003, p. 6).

[8] A Classificação compreende às matérias classificadas de acordo com os 24 temas proposto pela Andi. Dentro desse contexto, identifica-se o público-alvo (zero a seis anos, criança e, ou adolescente), questão racial, linguagem pejorativa, fontes e a ótica da abordagem (busca de solução ou denúncias). (Fonte: "A criança e o adolescente na Mídia – Bahia e

Sergipe", Salvador: Cipó, 2003, p. 6).

[9] Verificar tabela de temas mais abordos em anexo.

[10] As abordagens diferentes sobre um mesmo conteúdo podem ser consideradas como uma nova veiculação, sendo chamada de inserção, segundo critérios da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - Andi.